

RELAÇÕES DE PATRONATO NO EGITO ANTIGO (2134-2040 A.C) (1)

Maria Thereza David João (UFF)

Quando se trata de sociedades da antiguidade, como a egípcia antiga, é preciso muita cautela na hora de se referir a termos como sociedade e indivíduo, uma vez que as expressões das relações entre um e outro se davam de maneira muito diversa daquela se dá no mundo contemporâneo. Nesta sociedade, a dimensão do “eu” ficava encoberta pela dimensão do “nós”. O egiptólogo Jan Assmann (2006, p. 14) afirma que, para o caso egípcio, no nascimento, a “vida” era apenas uma possibilidade, na medida em que esta só se concretizava através de um processo de socialização. Exemplo disto é o fato de, para os egípcios, o sucesso contra a morte ser visto também em termos do sucesso da perpetuação dos laços sociais obtidos em vida.

Os egípcios estavam organizados em torno de duas categorias identitárias básicas, segundo Finnestad (1989, *passim*.) de um lado, tinha-se a comunidade da família, representada pelo pai e, de outro, a comunidade egípcia, conceitualizada no faraó. A união em torno destas duas categorias se justifica pelo fato de as mesmas oferecerem às pessoas segurança física, social e psicológica. O pai e o faraó funcionavam, desta forma, como entidades protetoras. Vale a pena dizer, apenas, que a construção identitária egípcia perpassa ainda outros dois tipos de identificação: relações de alteridade com relação ao estrangeiro e a identificação com o deus local (CF. CARDOSO, 2005. p.192)

É através do entendimento destas relações que podemos compreender de maneira mais clara a importância de relações de patronato no Egito antigo, e o que significava a união em torno de um “patrono”. Vejamos, pois, algumas explicações.

As relações patrono-cliente eram tão importantes na antiguidade que autores como Fábio Favarsani (2004. p. 32) afirmam que, “*no passado, as relações de patronato prevaleceriam sobre a institucionalização e a regulação*

racional e pública dos Estados modernos”, o que leva à afirmação de que as sociedades antigas não contaram com uma burocracia. Creio que não seja o caso de rejeitar o uso do termo para a sociedade egípcia, e sim apreender de que forma a composição administrativa do Estado faraônico estava organizada. Neste sentido, são relevantes as contribuições de Weber, que faz uma distinção entre *burocracia racional*, a qual seria própria dos Estados modernos, e *burocracia patrimonial*, que o sociólogo entende como típica das sociedades antigas, e coloca a egípcia também como exemplo que se encaixaria neste caso.

A lógica básica da burocracia racional, *grosso modo*, pode ser depreendida através da seguinte afirmação de Weber: “o decisivo para nós é que, atrás de todo ato de uma administração burocrática encontra-se um sistema de ‘razões’ racionalmente discutíveis, isto é, a subsunção a normas ou a ponderação de fins e meios”. Com isto, o sociólogo quer dizer que uma administração dita “racional” envolve o exercício de tarefas objetivas pelo funcionário, e a extensão e o conteúdo destas tarefas estão delimitados por regras previamente estabelecidas, passíveis de serem apreendidas racionalmente, que se encaixa no modelo de “dominação legal” formulado por ele. A isto, opõe-se uma “burocracia patrimonialista” que é “toda dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal” (WEBER, 2004. p. 216.), ou seja, é uma administração pautada na obediência à pessoa do senhor, não por regras, mas pelo livre arbítrio do mesmo. Enquanto em uma mandam regras instituídas juridicamente, na outra o que manda é a tradição.

É por isto que o mesmo Weber afirma que a sociedade egípcia, ao fazer parte deste segundo modelo, estava organizada, *ideologicamente*, segundo o modelo do grande *oikos* régio, que podemos definir como: *Um oikos, em sentido técnico, não é simplesmente toda 'grande' comunidade doméstica ou toda aquela que fabrica, por si mesma, produtos variados, por exemplo, artesanais e agrícolas, mas a economia doméstica extensa, autoritariamente*

dirigida, de um príncipe, senhor de terras ou patrício cujo motivo não é a aquisição capitalista de dinheiro, mas a provisão organizada, em espécie, das necessidades do senhor [...]. O decisivo é que seu principal constituinte é o 'aproveitamento' do patrimônio e não a 'valorização do capital'. Em sua natureza essencial o oikos significa: provisão organizada de necessidades, ainda que lhe possam estar agregadas empresas com economia aquisitiva. (WEBER, op. cit., v.1, p. 262.)

A partir das considerações de Weber, Schloen formulou o modelo da “Casa do Pai” (*Patrimonial Household Model*), que para ele seria o padrão existente nas sociedades do Antigo Oriente Próximo. Segundo tal modelo, “*toda a ordem social é vista como uma extensão da unidade doméstica do governante – e, em última instância, da unidade doméstica do deus*” (SCHLOEN, v.2, 2001) cuja administração segue o padrão da relação pessoal. O autor, na esteira de Weber, afirma que a burocracia existente no Egito antigo não é uma burocracia racionalizada. A regra válida nestas sociedades seria a dos laços pessoais de patronato e sua dependência dele, e não da existência de uma burocracia dita impessoal. Acredito, todavia, que esta afirmação de Schloen deva ser ponderada, na medida em que, se por um lado os egípcios eram realmente dependentes de relações como a do patronato, isto não exclui a existência de uma burocracia organizada nesta sociedade.

Tendo em vista o que foi apresentado até agora, podemos definir alguns “níveis” de relação pessoal existentes no Egito antigo, que são também espelho das relações de patronato nesta sociedade. Em um primeiro nível, encontrariam-se o faraó e a sociedade egípcia - esta organizada como uma gigantesca extensão da família do monarca, ou seja, o *oikos* régio. Em um segundo nível, haveria o núcleo dos chefes locais, incluídos os servos e a sua família na lógica patrimonial da “casa do pai”.

Feito este apanhado teórico, deter-me-ei daqui em diante no caso específico do Egito no Primeiro Período Intermediário (2134-2040 a.C.). Durante o Reino Antigo (2575-2134 a.C.), o Egito estava politicamente

caracterizado por uma forte centralização, e a figura do faraó como detentor do poder atingiu o seu ápice. Com a crescente complexidade do Estado, o faraó passou a ter que delegar a terceiros funções outrora destinadas a ele. Desta forma, passaram a existir funcionários encarregados da administração provincial, que viajavam ao longo de território exercendo a fiscalização em nome do rei, sob uma forma de governo denominada por Christopher Eyre de “governo expedicionário”, no qual o controle das províncias era feito por meio de intermediários (EYRE, 2000. p.31)

A partir da VI dinastia ou, mais especificamente, a partir do final do reinado de Pepi II, o poder monárquico começa a declinar e, na VIII dinastia, tem-se fim o Reino Antigo e inicia-se um período de anarquia conhecido como Primeiro Período Intermediário.

Dentre as causas que levaram ao fim do Reino Antigo, podemos enumerar as seguintes: *“excesso de independência dos sacerdotes, com isenções e doações que enfraqueceram o patrimônio pessoal do reis; fraqueza pessoal dos reis; avanço de poder e hereditariedade de funções dos nomarcas; revolta popular; invasão estrangeira”* (CARDOSO, 1994. p.81) e insuficiência de cheias do Nilo.

Nesta época, os funcionários anteriormente encarregados das províncias – os nomarcas – passaram, gradativamente, a ganhar autonomia em relação ao poder central. Estas pessoas logo se fixaram em determinados territórios, e o controle de suas ações era muito difícil. Como bem observa Cardoso, em razão da própria geografia do Egito (território longo e extenso), a comunicação ficava dificultada e, desta forma, favoreciam-se particularismos (CARDOSO, 2004). Logo, começaram a se formar o que este mesmo autor definiu como “proto-estados”, nos quais os grandes chefes locais, os nomarcas, passaram a agir como pequenos príncipes, a fazer alianças e conquistar territórios. Em pouco tempo, suas funções tornaram-se hereditárias. Lado a lado com o crescimento de poder dos nomarcas, verifica-se o enfraquecimento da monarquia e é por isto que é possível afirmar que, durante este período,

houve um reforço nas relações sociais do nível dois, conforme expus anteriormente.

As elites locais evocam para si o papel de entidades protetoras - já que o Estado central perde essa função em razão de um processo de descentralização e pulverização do poder em núcleos regionais. Funções outrora destinadas ao monarca, como a de prover a imortalidade a todo o povo egípcio através da sua própria imortalidade, ficam enfraquecidas em razão da sua perda de autoridade e prestígio. Dessa forma, chefes locais – os nomarcas - passam a funcionar também como entidades aglutinadoras.

São estas relações de patronato que irei analisar aqui. Cabe, antes de mais nada, definir o que seria patronato, uma vez que esta é uma terminologia emprestada dos estudos romanos. As relações de patronato no Egito antigo se dão de forma diversa daquelas existentes em Roma, e a aplicação deste modelo para o caso egípcio se faz com o respaldo em Finley. O autor afirma que as relações de patronato são relações bastante flexíveis e, por isto mesmo, não podem ser restritas apenas ao modelo romano o que, segundo escreve este mesmo autor, seria injustificado e até mesmo absurdo.

O patronato é um modelo de *solidariedade vertical*, o que implica dizer que não é uma relação exercida entre iguais. O patrono, segundo Assmann (2003. p. 91), é “[...] *alguém que exerce poder não por virtude de nenhum ofício em uma hierarquia estabelecida e superordenada, mas sim nas bases de sua própria habilidade em prover um certo número de pessoas e assim assegurar sua dependência*”. Finley (1983. cap. 2., p. 56), por sua vez, define a relação patrono-cliente como “[...] *uma relação recíproca entre desiguais, envolvendo não só um elemento subjetivo, a avaliação da relação" pelo cliente, mas também um objetivo de troca genuína de bens e serviços*”)

Conforme já mencionado, a partir do enfraquecimento da monarquia faraônica iniciado de forma mais contundente após a VI dinastia, a iniciativa individual dos grandes chefes passa a ganhar considerável importância para a manutenção do bem-estar do povo egípcio, conforme enfatiza Assmann: A

primeira pessoa do singular é em primeiro lugar a fonte para um modelo de visão do futuro e implementação, uma ênfase completamente estranha às inscrições do Reino Antigo e muito menos proeminente no Reino Médio. A ausência da autoridade motivadora do rei inicia toda uma nova filosofia da ação humana [...] (ASSMANN, op. cit., 2003, p. 94.)

Como exemplo, podemos nos deter na autobiografia de um nomarca do Egito antigo, Ankhtifi. Ankhtifi era nomarca do nomo de Heracleópolis e, mais tarde, conquistou também Edfu. Observa-se que o mesmo age como um “pequeno faraó” no território que governava, e torna-se o modelo de solidariedade coletiva no nível local. É ele quem veste o desnudo, quem alimenta o faminto com grãos provenientes de sua própria propriedade rural, quem soluciona querelas familiares, como brigas entre irmãos etc. Chega, até mesmo, a prover a imortalidade àqueles que não pudessem arcar com as despesas referentes aos rituais funerários necessários.

Ele age também segundo mando direto do deus, e seus atos não perpassam mais o mando régio, como ocorria durante o Reino Antigo. Veja-se a seguinte passagem: *“Hórus me trouxe a este nomo de Edfu para vida, prosperidade, saúde, para restabelecê-lo, e eu o fiz. Hórus desejou que o nomo fosse restabelecido, porque ele me trouxe até ele para restabelecê-lo”* (ASSMANN, op. cit. (2003), p. 85).

No Reino Antigo, um indivíduo só poderia ter contato com um deus através da mediação régia, o que não se observa no caso de Ankhtifi, que exerce sua relação com a divindade de forma direta, sinalizando para a quebra de uma importante regra de decoro oficial (2).

Isto é indicativo de uma certa desagregação da teoria do poder régio, a qual venho me reportando aqui. Uma outra faceta deste processo pode ser observada na medida em que as carências não são mais supridas pela atividade estatal, mas sim por laços de devoção a um senhor. Diz Ankhtifi, por exemplo, que nunca ocorreu infortúnio sobre aqueles aos quais “estendeu a sua mão”. Este ideal já está presente - de maneira menos enfática, contudo -

em uma autobiografia do final do Reino Antigo, a de Qar, e Moreno García salienta as inovações trazidas neste texto: [...] *a iniciativa pessoal do funcionário para assegurar prosperidade à casa real, amenizando os efeitos da fome, etc., as demandas excessivas por tributos dos governantes, o recrutamento de homens para projetos do rei, bem como o papel do nomarca como o governante benevolente que é capaz de perdoar o devedor pagando um empréstimo. Como nos textos dos períodos seguintes, caracteriza-se pelo orgulho dos nomos locais, com uma ausência correspondente de ênfase na casa real.*

Salienta-se, em Ankhtifi, a importância concedida aos laços de lealdade pessoal, e que “traições” não ficariam impunes: “(...) *se alguém pisar no meu rabo como num crocodilo, então o norte e o sul desta terra inteira irão tremer*” (ASSMANN, *op. cit.* (2003), p. 97).

É possível dizer, em conclusão, que a equação rei enfraquecido - população desamparada - ascensão de nomarcas em busca de prestígio, resultou em uma nova caracterização das relações de patronato (4). Assmann conecta a construção desta nova forma de exercício de poder ao problema da “salvação” – embora o egiptólogo tenha cunhado um termo bastante ruim para expressar a situação. Isto significa dizer que a união em torno do patrono era legitimada por sua função protetora, como o “homem forte” capaz de prover a segurança de todos em um momento de dificuldade (5). De certa forma o que acontece é que o fracasso do apoio governamental diminui a atração exercida pelas instituições tradicionais e o patrono, no exercício de sua função ou não, fornecia alternativas de garantia em uma crise de subsistência.

A este respeito, vale a pena levar em consideração a afirmação de Finley (*op. cit.* p. 49), quando o mesmo diz que: “*Na Antiguidade, de qualquer modo, a benevolência raramente era desinteressada, seja em relação a iguais ou a inferiores. Um objetivo era o estabelecimento de uma relação patrono-cliente e de conjuntos de ligações; e, em decorrência disso, o reforço da aprovação da estrutura de poder e autoridade predominante na sociedade*”

A situação calamitosa do Primeiro Período Intermediário corroborou a legitimação do poder destas elites – e também a dependência social - uma vez que as mesmas passaram a solucionar problemas econômicos, crises políticas e, também, problemas individuais, como se observa através da constituição do patronato (SEIDLMEYER, In: SHAW, 2003. p. 120).

No momento em que a categoria identitária do faraó encontrava-se enfraquecida, abriu-se espaço para a constituição de uma nova forma de organização coletiva, ao mesmo tempo em que houve o reforço na identidade e individualidade de determinados homens. Com a volta da situação à normalidade, observou-se um refreamento na ação destes particulares em nome de uma coletividade – a coesão social volta a ser garantida sob o cajado do faraó - e eles passam, então, a ser integrados no quadro de funcionários da administração central, ou a receber benesses que os impeliam a serem fiéis ao poder central. Esta situação pode ser observada especialmente a partir do reinado de Senusret III.

Contudo, as perguntas que devem ser feitas são: até que ponto há uma ruptura legítima entre a realidade central e as realidades locais? Qual a profundidade destas transformações? Se observarmos, por exemplo, a retomada das estruturas de poder de outrora no Reino Médio, é de se perguntar até que ponto os mecanismos de poder no Egito foram afetados e se foram, verdadeiramente, modificados (6).

Não me parece o caso de afirmar que o patronato seja uma relação inteiramente nova no Egito. É mais uma estrutura latente, que existe, por exemplo, no nível das unidades domésticas, que ganhou força por consistir em uma alternativa ao enfraquecimento da monarquia e que fica novamente "apagada" no momento em que o poder volta a centralizar-se nas mãos do faraó e a unidade política é restabelecida. A questão a ser pensada é a de que a desvalorização da monarquia favoreceu particularismos e, portanto, um distanciamento político entre Estado e as realidades locais, muito mais que uma ruptura no sentido pleno da palavra.

Estas relações fazem parte da própria estrutura da sociedade egípcia e, como tal, sua proeminência em períodos de crise não pode significar uma ruptura radical com os modelos preestabelecidos, os quais ainda continuam interiorizados pela população. Até mesmo os nomarcas, em seu ganho de poder, não se desvinculam de um modelo fornecido pelo próprio Estado. Funcionam, antes, como um microcosmos deste, uma vez que agem como pequenos príncipes a partir de estruturas já estabelecidas. Não podemos esquecer que, antes de mais nada, estes funcionários são representantes do próprio Estado. Ankhtifi, por exemplo, utiliza-se de uma fórmula monárquica para se reportar à sua pessoa (7).

Não devemos, todavia, sermos levados ao outro extremo e afirmar que estas autobiografias não são indicativas de mudanças substanciais. A percepção da quebra de uma importante regra de decoro oficial no texto de Ankhtifi é por si só uma grande revelação. A própria mudança na forma do discurso, de Weni a Ankhtifi, indica uma transformação crucial, que é o estabelecimento de uma nova roupagem para a própria ideologia do Estado, durante este Primeiro Período Intermediário.

Notas

(1) Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado em História Antiga ora desenvolvida no PPGH/UFF, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Rede, intitulada “Dos Textos das Pirâmides aos Textos dos Sarcófagos: a `democratização` da imortalidade como um processo sócio-político”, financiada pela CAPES.

(2) No texto egípcio conhecido como as “Admoestações de Ipu-Ur” (Papiro Leiden 334), datado provavelmente do Primeiro Período Intermediário, verifica-se também a importância concedida à estrita observância das regras do decoro religioso as quais, caso não cumpridas, poderiam comprometer seriamente a eficácia do próprio ritual. Ipu-Ur, ao dizer que “em verdade, as fórmulas mágicas foram divulgadas, tornaram-se ineficazes porque são repetidas por

todo mundo” (ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade*. A literatura no Egito faraônico. Brasília: UnB, 2000, p. 183), reporta-se ao que os egiptólogos convencionaram chamar “democratização” da imortalidade, processo no qual fórmulas mágicas outrora monopólio régio foram difundidas a indivíduos privados.

(3) *Apud* SIMPSON, William Kelly (ed.). *The literature of Ancient Egypt*. An anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry. Yale: Yale University, 2005. p. 412. Ver também: MORENO GARCÍA, J. C. De l' Ancien Empire à la Première Periode Intermédiaire: L'autobiographie de Qar d'Edfou, entre tradition et innovation. *RdE* 49, 1998, p. 151-160.

(4) Esta relação era feita através de laços de lealdade e, como adverte Ankhtifi, “(...) se alguém pisar no meu rabo como num crocodilo, então o norte e o sul desta terra inteira irão tremer” (ASSMANN, *op. cit.*, 2003, p.97).

(5) O tema da fome, por exemplo, é recorrente nos escritos de Ankhtifi.

(6) Finley observa que sociedades da antiguidade como a grega e a romana - as quais o autor chama de "Estados estáveis", foram marcadas pela contínua aceitação de suas instituições políticas e dos homens e classes que as faziam funcionar. Podemos enquadrar neste caso também a sociedade egípcia antiga, uma vez que “(...) a aceitação das instituições e do sistema como um todo era existencial; sua legitimidade assentava em sua contínua e bem-sucedida existência” (FINLEY, *op. cit.*, p. 37). Para Finley, havia nestas sociedades uma necessidade psicológica de identidade através de um sentimento de continuidade e por esta mesma razão é que observamos nelas o rápido estabelecimento do sistema após períodos turbulentos, como o foi, por exemplo, o Primeiro Período Intermediário para o Egito.

(7) Eu fui o início e o fim da humanidade, pois não existiu ninguém antes de mim e nem irá existir; nunca nasceu alguém como eu nem nascerá. Eu superei os feitos dos ancestrais, e as próximas gerações não serão capazes de igualar meus feitos dentro de um milhão de anos [...] (SEIDLMEYER, *op. cit.*, p. 120).

Bibliografia

- ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade. A literatura no Egito faraônico*. Brasília: Unb, 2000.
- ASSMANN, Jan. *Death and salvation in Ancient Egypt*. Trad. David Lorton. Ithaca, London: Cornell University Press, 2006. cap. 1.
- _____. *The mind of Egypt. History and meaning in the time of the pharaohs*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia (ensaios)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- EYRE, Chistopher. Pouvoir central et pouvoir locaux: problèmes historiographiques et méthodologiques. *Méditerranée*, Paris: L'Harmattan. n. 24. 2000.
- FAVERSANI, Fábio. As relações interpessoais sob o império romano: uma discussão da contribuição teórica da Escola de Cambridge para o estudo da sociedade romana. In: CARVALHO, Alexandre Galvão (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.
- FINLEY, Moses. *Política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. cap.2.
- FINNESTAD, Ragnhild Bjerre. The pharaoh and the "democratization" of post-mortem life. In: ENGLUND, *The religion of the ancient Egyptians. Cognitive structures and popular expressions*. Uppsala: 1989.
- SCHLOEN, J. David. The house of the father as fact and symbol. Patrimonialism in Ugarit and the Ancient Near East. *Studies in the archaeology and history of the Levant*, Winona Lake: Eisenbrauns, v.2, 2001.



- SEIDLMAYER, Stephen. The First Intermediate Period (c. 2160-2055 BC). In:
SHAW, Ian. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford
University Press, 2003.
- SIMPSON, William Kelly (ed.). *The literature of Ancient Egypt*. An anthology of
stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry. Yale: Yale
University, 2005.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia
compreensiva. v. 1 e 2. São Paulo: Editora UnB; Imprensa Oficial, 2004.